

PROJETO

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DA MESORREGIÃO DA GRANDE
FRONTEIRA DO MERCOSUL(UFMM)**

**Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nr.
356/GR/2006**

**Célio Wessler Boneti
Clotilde Maria Ternes Ceccato
Elizabete Simão Flausino
Luciane Maria Carminati
Pedro Antônio de Melo
Sérgio Roberto Pinto da Luz
Valdir Soldi (Coordenador)
Zeferino Perin**

FLORIANÓPOLIS - SC, NOVEMBRO DE 2006.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	2
<u>LISTA DE QUADROS.....</u>	<u>3</u>
<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....</u>	<u>4</u>
<u>1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUL.....</u>	<u>7</u>
<u>1.2 ENSINO SUPERIOR FEDERAL NA MACRORREGIÃO SUL.....</u>	<u>8</u>
<u>1.3 ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL NA MESOMERCOSUL.....</u>	<u>9</u>
<u>2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DA REGIÃO SUL.....</u>	<u>13</u>
<u>2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL –PNDR.....</u>	<u>13</u>
<u>2.2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL NO CONTEXTO DA PNDR.....</u>	<u>15</u>
<u>3 IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PARA A MESORREGIÃO.....</u>	<u>17</u>
<u>3.1 O IMPACTO DA NOVA IFES NO DESENVOLVIMENTO MESORREGIONAL.....</u>	<u>19</u>
<u>4 LOCALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA MESORREGIÃO.....</u>	<u>22</u>
<u>4.1 CRITÉRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI.....</u>	<u>22</u>
<u>5 ESTRUTURA ACADÊMICA.....</u>	<u>23</u>
<u>5.1 DIRETRIZES PARA A SELEÇÃO DOS CURSOS.....</u>	<u>23</u>
<u>5.2 ENSINO.....</u>	<u>25</u>
<u>5.2.1 Cursos de Graduação e Pós-Graduação.....</u>	<u>25</u>
<u>5.3 PESQUISA.....</u>	<u>26</u>
<u>5.4 EXTENSÃO.....</u>	<u>27</u>
<u>6 ESTRUTURA FÍSICA, PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO.....</u>	<u>28</u>
.....	29
O quadro na seqüência resume as necessidades orçamentárias para a implantação dos 5 campi que irão compor a UFMF, divididas por etapas, e apresenta também o cronograma previsto para iniciar e terminar esta implantação.....	29
<u>7 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....</u>	<u>30</u>
<u>7.1 QUADRO DE PESSOAL E GRATIFICAÇÕES.....</u>	<u>31</u>
<u>Quadro 19 - Docentes.....</u>	<u>40</u>
<u>TOTAIS.....</u>	<u>41</u>
<u>TOTAL DE CARGOS – (E).....</u>	<u>41</u>
<u>TOTAL (D+ E).....</u>	<u>41</u>
<u>TOTAIS.....</u>	<u>42</u>
<u>TOTAL DE DOCENTES.....</u>	<u>42</u>
<u>TOTAL DE CARGOS (Nível Intermediário – D).....</u>	<u>42</u>
<u>TOTAL DE CARGOS (Nível Superior – E).....</u>	<u>42</u>
<u>TOTAL DE CARGOS (Terceirizados).....</u>	<u>42</u>
<u>TOTAL GERAL.....</u>	<u>42</u>

LISTA DE QUADROS

No.	Título	Pág.
Quadro 1	– IFES da Macroregião Sul.....	
Quadro 2	– Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).....	
Quadro 3	– Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Exatas, da Terra e Engenharia).....	
Quadro 4	– Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Área: Ciências Biológicas e da Saúde).....	
Quadro 5	– Cursos a Serem Implantados na Primeira Fase – Até 5 Anos (Campus 2 – RS).....	
Quadro 6	– Cursos de Graduação e Pós-Graduação a Serem Implantados na Segunda Fase – 5 a 10 Anos.....	
Quadro 7	– Plano Plurianual de Implantação da UFMM.....	
Quadro 8	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Reitoria.....	
Quadro 9	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PRAP.....	
Quadro 10	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG	
Quadro 11	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PRPE.....	
Quadro 12	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHS.....	
Quadro 13	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e da Terra – CTE.....	
Quadro 14	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CBS.....	
Quadro 15	– Quadro de Pessoal e Gratificações – Campus 1 – RS.....	
Quadro 16	– Criação de Cargos de Direção – CD.....	
Quadro 17	– Criação de Funções Gratificadas – FG.....	
Quadro 18	– Docentes	
Quadro 19	– Relação de Cargos Técnico-Administrativos.....	
Quadro 20	– Relação de Cargos Terceirizados.....	
Quadro 21	– Resumo dos Servidores da UFMM.....	
Quadro 22	– Previsão Orçamentária para a Implantação dos Campi.....	
Quadro 23	– Cronograma de Implantação	

APRESENTAÇÃO

O presente projeto apresenta os subsídios, informações relevantes e proposta de criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM). Mais especificamente, são exibidos os diferentes aspectos relacionados com a caracterização da região quanto às necessidades de ensino público e gratuito, os impactos sociais e econômicos para o desenvolvimento regional, a demanda por cursos que atendam aos arranjos produtivos locais e regionais, *a inter-relação com os demais países do Mercosul* e custos iniciais de implantação.

O documento base inclui inicialmente uma análise da educação superior em nível de Brasil, da região Sul e da Mesorregião. Neste contexto, está claramente evidenciado que o Ensino Público Federal está praticamente ausente na Mesorregião.

Num segundo momento, foram abordados os aspectos associados às características e condições atuais de desenvolvimento (Plano de Desenvolvimento Regional) da Meso. A ênfase está na importância de uma Universidade Federal em termos dos impactos científico e tecnológico, sócio-econômico e cultural da Mesorregião.

A proposta inclui ainda sugestões de cursos que deverão ser criados e implementados em etapas nos próximos dez anos e que visam atender principalmente a demandas regionais e aos setores produtivos locais.

Finalmente, são incluídas as necessidades associadas à infra-estrutura física, administrativa e acadêmica.

1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

No Brasil, a educação superior tem sido permeada por momentos que vão desde a demora na implementação dos primeiros cursos superiores até o controle, pelo crescimento excessivo do ensino privado nos últimos anos. A transferência da Família Real portuguesa foi o marco na criação dos primeiros cursos superiores, no limiar do século XIX, nas áreas de Engenharia, Medicina e Jurídica. Entretanto, somente em 1920 surge a primeira universidade brasileira, instituída pelo Decreto nº 14.343, de 07/09/1920, sendo agrupadas a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito. Esta conjugação veio mais tarde a se denominar “Universidade do Brasil”.

No período de 1920 a 1950, poucas universidades públicas foram criadas. Entre elas, pode-se destacar a UFMG, a UFRGS e a Universidade de São Paulo - USP, esta última criada em 1934, tornando-se oficialmente a primeira universidade brasileira a atender as normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades. Durante esse período, aparecem, também, algumas organizações confessionais, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas - PUCs.

No ano de 1954, o Brasil contava com 16 universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e onze mantidas pelos governos federal e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964, foram criadas mais 21 universidades, sendo cinco católicas e 16 estaduais. É nesse período que ocorre o processo de federalização do ensino superior brasileiro, e há maior desenvolvimento de instituições, tanto no âmbito público quanto privado. Com a promulgação da LDB em 1996, a expansão no setor privado foi vertiginosa, enquanto o setor público se manteve estagnado, deixando milhares de estudantes que não podiam pagar anuidades fora do sistema.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2004 demonstram que houve um expressivo aumento de vagas nos últimos 10 anos. Em 1994, estavam matriculados 1.661.034 estudantes e, em 2004, já somavam 4.163.733, um crescimento de 150,7%. Contudo, é o setor privado que explode e fica com a maior parcela, 71,7%, ou seja, 2.985.405 estudantes.

Se comprovada a máxima de que o futuro dos países em desenvolvimento depende da educação, e que ela deve ser competência do Estado, por envolver soberania nacional, qualidade de vida e liberdade de escolha dos indivíduos, a expansão, criação e interiorização de universidades públicas podem representar o impulso que está faltando para o país projetar-se internacionalmente.

Porém, até este momento, mesmo que os números sejam representativos na sua evolução, a educação superior brasileira continua sendo elitista. Os dados do Censo da

Educação Superior de 2004 mostram que, do total populacional de jovens com idade entre 18 e 24 anos (24.072.318), somente 10,4% conseguem ter acesso a essa modalidade educacional. Este percentual indica que um significativo número de estudantes egressos da educação média se perde pelo caminho, sem considerar aqueles que já se perderam no ensino fundamental. Neste quesito, o Brasil possui uma das piores taxas da América Latina.

O Governo do Presidente Lula retoma e amplia o processo de expansão e acesso ao setor público. O FIES foi redimensionado, e a partir de 2005, o PROUNI permitiu o acesso à universidade para mais de 130 mil jovens de baixa renda, que estudaram em escolas públicas, ou seja, jovens de camadas menos favorecidas da população estão ingressando no ensino superior, permitindo a democratização do acesso.

A iniciativa mais recente do governo nesta área está na educação a distância, que promete incrementar a política de expansão da educação superior. Em 2003, o número de estudantes matriculados em cursos de graduação a distância somava 50 mil, um crescimento de 22,6% em relação ao ano de 2002, quando cerca de 41 mil alunos estavam matriculados nesta modalidade de ensino. O crescimento no número de concluintes foi de 133,9%, passando de 1,7 mil para quatro mil no mesmo período (INEP/MEC, 2003).

A Universidade Aberta do Brasil – UAB, lançada em 2006, é um projeto do governo federal em parceria com o Banco do Brasil envolvendo 18 estados e o Distrito Federal. Consiste em um pool de 17 universidades públicas que estão oferecendo, neste primeiro momento, em torno de 9.500 vagas no curso de Administração, e prometendo, para o ano de 2007, mais de 100 mil vagas (MEC, 2006).

Além disso, até o momento já foram criadas quatro novas universidades, e mais quarenta e dois campi provenientes das instituições já existentes estão em processo de implantação, promovendo uma dinâmica intensa pelo acesso à formação superior, o que poderá mudar a realidade educacional deste país. Há uma expectativa de que poderá se fazer cumprir o que estabelece o PNE, isto é, que até 2011, 30% da população entre 18 e 24 anos esteja na educação superior, o que representará um salto quantitativo considerável, se levada em conta a atual realidade.

A despeito das críticas elencadas à realidade educacional brasileira, dados mais recentes do MEC confirmam que, em nenhuma outra fase da história do país, tantas pessoas frequentaram a escola, em todos os níveis. Hoje estão matriculados 34.012.434 alunos no ensino fundamental, 9.169.357 no ensino médio, 4.163.733 no ensino superior, e este número continua crescendo,

O Brasil possui 2.013 instituições de ensino superior. Deste total, apenas 11,1% são públicas, enquanto 88,9% pertencem à iniciativa privada. As universidades somam 169, respondendo por apenas 8,4% do total das instituições, mas são responsáveis por 56,9% das matrículas e 56,2% dos cursos, ou seja, 10.475 dos 18.644 cursos de graduação presenciais.

1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUL

A educação superior brasileira sofreu um processo vigoroso de expansão nos últimos anos, todavia, este fato ocorreu principalmente no ensino privado, e basicamente com oferecimento de vagas no período noturno.

Isto revela um dado interessante e preocupante. As pessoas de menor poder aquisitivo, para poder se manter, durante o dia estão em atividades laborais e à noite dedicam-se aos estudos. É uma dupla jornada, mas, se, por um lado, o trabalho os sobrecarrega, do ponto de vista do cansaço físico, por outro, é a única alternativa que têm para freqüentar um curso de graduação, pois a universidade pública e gratuita, além de distante, é de difícil acesso à maioria dos cidadãos que não tiveram acesso a escolas com melhor qualidade.

Os dados do MEC/INEP (2003) mostram a realidade acima descrita: População Brasileira em 2003: 176.506.041 hab.; Total de Matrículas oferecidas no ensino superior: 3.887.022, sendo que, destas: 2.270.466 são matrículas no ensino noturno; Setor privado: 1.863.209 matrículas; Setor público: 407.257 matrículas

A região Sul do Brasil, que compreende os estados do Paraná(PR), Santa Catarina(SC) e Rio Grande do Sul(RS), soma uma população de 25.107.616 habitantes, segundo Censo de 2000.

Na região Sul, também percebe-se um avanço na oferta de vagas destinadas ao ensino superior, entretanto, segue a mesma tendência da expansão de vagas do sistema nacional. Só para se ter uma idéia; das 30 maiores instituições em número de matrículas, em 2003, 05 instituições estão localizadas na região Sul, porém, apenas uma é federal (Universidade Federal do Rio Grande do Sul (em 26ª posição)), com 20.344 alunos. As outras 4 (quatro) são todas privadas e somam mais de 140.000 alunos.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul somam ao todo 745.164 matrículas, sendo que, em todos os três estados da federação, houve um aumento na última década, (1992/2003) que variou de 170% (PR e RS) a 239% (SC) (QUADRO 1).

1.2 ENSINO SUPERIOR FEDERAL NA MACRORREGIÃO SUL

A estrutura do ensino superior federal da região Sul compreende oito universidades federais, quatro centros de educação federal tecnológica e uma faculdade federal de ciências médicas. A relação nominal das instituições consta do Quadro 1 a seguir apresentado. Registre-se que no referido quadro não consta a Universidade Federal dos Pampas, implantada recentemente.

Quadro 1 – IFES da Macrorregião Sul

* Recém-criada

Instituição	Matrículas	Total Inscritos Vestibular	Vagas Oferecidas
Universidade Federal do Paraná - Curitiba	18.858	52.189	4.134
Centro Federal de Educação Tecnológica - PR	12.377	16.306	2.689
Universidade Fed. de S. Catarina - Florianópolis	17.491	39.237	3.880
Centro Federal de Educação Tecnológica - SC	191	1.829	218
Fundação Universidade Fed. do Rio Grande - RS	5.714	12.434	1.196
Fundação Universidade Federal de Pelotas - RS	7.202	13.583	1.579
Universidade Federal de Santa Maria - RS	11.057	26.366	2.330
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre	20.344	42.686	4.092
Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas - Porto Alegre/RS	548	1.815	88
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - RS	-	58	30
Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - RS	100	192	25
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - RS	399	1.140	155
Universidade Federal dos Pampas – Bagé/RS*	-	-	-
Total	94.281	207.835	20.416

Fonte: INEP / MEC – ano base: 2003

Dentre as oito universidades, estão algumas das mais antigas e conceituadas universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Estas universidades configuram-se como referência no Sistema Educacional Brasileiro de Ensino Superior graças ao grau de excelência, alcançado no exercício de suas atividades acadêmicas, na qualificação de seus recursos humanos e nas condições de sua estrutura.

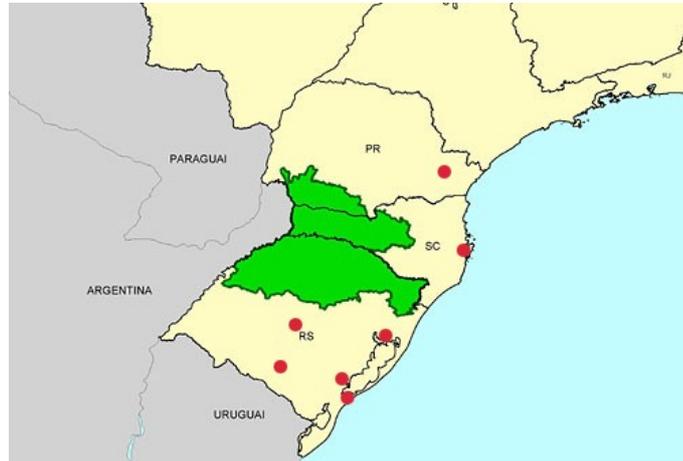
As Universidades Federais de Santa Maria, Rio Grande e Pelotas são exemplos bem sucedidos de interiorização da competência universitária no espaço territorial e social brasileiro. A Universidade Tecnológica do Paraná é o primeiro exemplo de universidade especializada, na área tecnológica, implantada com base nas inovações previstas na LDB no. 9394/96 para a criação e funcionamento de instituições de nível superior. As demais IFES, centros de educação tecnológica e Faculdade de Medicina cumprem papel relevante na qualificação profissional de seus estudantes.

Conforme se verifica no Quadro 1 maior quantidade de vagas é ofertada pela Universidade Federal do Paraná, 4.134, seguida da UFRGS e UFSC, com 4.092 e 3880, respectivamente. O menor contingente, 25 vagas, é ofertado pelo Centro de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. O conjunto das IFES oferece 20.416 vagas. O total de alunos inscritos no vestibular de 2003 foi de 207.805, perfazendo uma relação aluno/vaga equivalente a 10,18 alunos por vaga. Observa-se, portanto, uma demanda bem superior à capacidade de atendimento das IFES.

1.3 ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL NA MESOMERCOSUL

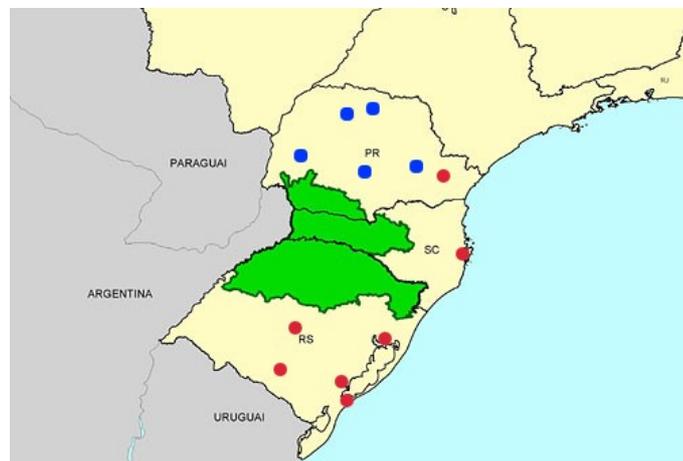
Ao se considerar o Ensino Superior Público Federal na Mesomercosul, a primeira constatação a ser registrada é a sua ausência. O Mapa nº 1 mostra que todas as IFES existentes localizam-se fora desta Mesorregião. Vê-se, portanto, que neste complexo mesorregional de 415 municípios, com população superior a 4 milhões de habitantes, a União não atua neste nível de ensino.

Mapa 1 – IFES da Macrorregião Sul



Como também se pode notar, no Mapa nº 2, o Estado do Paraná, que estruturou um importante sistema de ensino superior, tem suas universidades sediadas ao Norte (Universidade de Londrina/UEL e Universidade de Maringá/UEM), ao Oeste (Universidade do Oeste do Paraná/UNIOESTE, com sede em Cascavel), ao Centro (Unicentro, com sede em Guarapuava) e ao Sul (Universidade estadual de Ponta Grossa/UEPG). Nenhuma delas possui sua sede no Sudoeste.

Mapa 2 – IFES e Universidades Estaduais da Macro região Sul



A ausência da atuação da União no âmbito do ensino superior federal nesta Mesorregião possui três agravantes:

- a distância das concentrações populacionais em relação às IFES;
- a média salarial da população inferior à média da Macrorregião do país, e
- a ameaça à competitividade própria que ocorre nas regiões de fronteira em economias em processo de integração.

A distância de Chapecó, situada no Oeste de Santa Catarina em relação a Florianópolis, onde se localiza a sede da UFSC, é de aproximadamente 500km. A distância de Erechim e Concórdia, situadas na porção gaúcha e catarinense do Auto Uruguai, em relação a Florianópolis e Porto Alegre, onde se situa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ou mesmo Santa Maria, onde se situa a Universidade Federal de Santa Maria, é por volta de 400km.

Embora a Mesomercosul tenha ativos importantes para seu desenvolvimento como o capital social, identidade regional, boa estrutura de educação básica, algumas cadeias produtivas bem organizadas e outras em formação, recursos hídricos, como será descrito adiante, o PIB *per capita* é de US\$ 3.285, 40% menor que o da região Sul, que é de US\$ 5.320. A estrutura salarial é igualmente menor do que a média da região Sul.

A Mesomercosul situa-se em região de Fronteira com outros países do Mercosul (Argentina e Paraguai). Por ter sua economia fortemente baseada no setor agrícola, têm enfrentado os desafios da competitividade, decorrentes da similaridade da economia dos países vizinhos, da valorização do câmbio, da infra-estrutura deficiente, de problemas climáticos, dentre outros fatores. Esta situação tem gerado crises recorrentes. As políticas públicas, embora reconheçam que estas regiões carecem de uma atenção especial, ainda são muito tímidas para apoiar a sustentabilidade da economia e a integração competitiva no âmbito do Mercosul e da economia globalizada.

Neste contexto, face à ausência do poder público e considerando a distância das IFES, bem como a demanda de ensino superior, de ciência e tecnologia, a sociedade mesorregional,

com enorme esforço próprio, implantou o Ensino Superior Privado, originando o modelo das universidades comunitárias.

Na porção gaúcha da Mesomercosul, estão sediadas a Universidade de Passo Fundo/UPF, a Universidade de Ijuí/Unijuí, a Universidade Regional Integrada/URI e a Universidade de Cruz Alta/UniCruz. Na porção catarinense, estão implantadas a UNOESC e a UnoChapecó. Estas universidades, na medida do possível, supriram a ausência do Estado. Entretanto, possuem um fator limitante. Para poder se viabilizar, dependem do ensino pago. Ao alcançarem a condição de universidade, promoveram uma transformação quantitativa na oferta de ensino, como também uma mudança qualitativa na dimensão finalística e no desempenho em razão da estrutura requerida pela legislação para instituições desta natureza. No contexto da economia regional anteriormente referido, com estrutura salarial inferior à média da Macrorregião Sul do país, as dificuldades também aumentaram na medida em que ao custo do ensino passou-se a agregar o dispêndio com a pesquisa e a extensão.

Estas IES, que representam o produto mais acabado resultante do capital social acumulado na formação histórica da região, certamente continuarão a desempenhar relevante papel na oferta de ensino superior, ciência e tecnologia, demandado pelo desenvolvimento regional, visto que a implantação de uma universidade federal está longe de atender integralmente a demanda. Por esta e outras razões, merecem a consideração e apoio do poder público.

Registre-se ainda que, em decorrência das facilidades criadas pela legislação para atender políticas voltadas à expansão do ensino superior pelo caminho da privatização, verificou-se uma larga proliferação de IES, cujo número, segundo dados oficiais, na Mesomercosul supera quatro dezenas. Inegavelmente este caminho facilitou o acesso graças à redução do custo da oferta de ensino sem o aporte da pesquisa e da extensão. É por demais sabido, porém, que, nestas condições, é praticamente impossível formar capital humano com a qualidade necessária para promover o desenvolvimento e enfrentar um mundo do trabalho cada vez mais competitivo.

Tendo em vista a estrutura de ensino superior comunitário e privado existente, -pergunta-se qual a demanda de ensino superior ofertado por uma IFES. A resposta pode fundamentar-se na demanda verificada na Macrorregião Sul e nas peculiaridades da Mesomercosul. De acordo com dados do Quadro 1 em 2003, nesta Macrorregião o conjunto das IFES proporcionou a oferta de 20.416 vagas. Para disputá-las, inscreveram-se 207.835 candidatos, correspondendo a 10,18 por vaga.

Considerando-se a oportunidade do ensino gratuito, o atrativo da qualidade, a distância em relação as IFES e Universidades Estaduais dificultando ou inviabilizando a freqüência diária às aulas, o alto custo da mudança dos estudantes para freqüentar uma IFES em outra localidade, o grande contingente populacional da Mesomercosul (mais de quatro milhões de habitantes) e a procura de estudantes vindos de fora da região, atraídos pelo ensino público e gratuito, percebe-se claramente que a relação candidato vaga será bem superior ao verificado nas IFES da Macrorregião Sul do país.

Finalmente, face às limitações anteriormente apontadas, é indispensável o investimento do setor público mediante a implantação de uma Universidade Federal que facilite o acesso ao ensino superior das populações mais carentes, aporte de forma duradoura, recursos para a inovação científica e tecnológica indispensável para o aumento da competitividade da economia, em região considerada diferenciada e de fronteira, apóie, se articule e qualifique a estrutura de ensino superior existente na região valendo-se das mais variadas formas de parceria, configure um padrão referencial de ensino universitário e, fortalecendo a sociedade do conhecimento, promova o desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DA REGIÃO SUL

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR

A evolução sócio-econômica do Brasil, dadas as dimensões territoriais do país, foi marcada por uma crescente concentração regional da produção e da renda. As desigualdades regionais intensificaram-se, conformando um padrão macrorregional que diferenciou

marcadamente as regiões Norte e Nordeste, e, em certa medida, o Centro-Oeste, das regiões Sul e Sudeste.

Nas décadas de 50, 60 e 70, organizaram-se iniciativas de desenvolvimento regional em âmbito nacional para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas. Com políticas regionais ativas, alcançaram-se resultados positivos ao final do período à custa de vultosos investimentos públicos.

Desde as últimas décadas do século XX, no entanto, as instituições e instrumentos de ação regional que sobreviveram ressentiram-se da ausência de políticas regionais nacionais. Sem referências de política, tais instituições e instrumentos abandonaram os princípios de eficiência e eficácia que deveriam observar, ficando subordinadas a interesses menores.

No atual mundo globalizado, as áreas que apresentam melhores condições de atração locacional são as que possuem atributos vantajosos de infra-estrutura, recursos humanos, tecnologia e qualidade de vida. As áreas excluídas da dinâmica de mercado tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais e a apresentar menores níveis de renda e bem-estar. A configuração territorial resultante deste mosaico de situações díspares quanto à inserção produtiva reafirma situações de desigualdade entre indivíduos, empresas e regiões, tanto no Brasil, como em outros países. Não por outra razão, políticas de desenvolvimento regional ressurgiram em todo o lugar, para mitigarem efeitos negativos da globalização.

Observa-se, no Brasil, a presença de sub-regiões de alta renda com potencial dinâmico, assim como de sub-regiões estagnadas e com baixos níveis de renda, em todas as macrorregiões. A questão regional, na atualidade, abrange todo o território nacional e demanda um olhar mais acurado sobre as realidades regionais.

A redução das desigualdades regionais é também um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como descrito na Constituição de 1988. O governo federal, adotando a redução das desigualdades como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é expressão da prioridade efetiva do tema. Como uma política de Estado, tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento nas regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. A PNDR organiza um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam

regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais.

2.2 A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL NO CONTEXTO DA PNDR

No contexto da PNDR, são criadas as mesorregiões diferenciadas, entendidas como espaços sub-regionais, estaduais ou de confluência de dois ou mais estados e/ou de fronteira com países vizinhos, propícios ao desenvolvimento de atividades produtivas e de cooperação, objetivando o desenvolvimento regional com equidade e sustentabilidade. Inicialmente, foram identificadas pelo Ministério da Integração Nacional 12 mesorregiões diferenciadas, dentre as quais, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Mesomercosul.

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, compreendendo 415 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de quatro milhões de habitantes. Apesar de constituir uma mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do país, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população na zona rural (Ver a relação dos municípios que integram a Mesorregião no anexo 1).

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes à região Sul. Um outro fator que determina a identidade mesorregional é a inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai e do Rio Iguaçu, com semelhanças físicas e sócio-econômicas que reforçam sua identificação histórica e cultural.

O histórico de criação da Mesorregião reflete essas semelhanças. Em 1997, foi apresentado ao então Ministério do Planejamento e Orçamento e, posteriormente à extinta Secretaria de Políticas Regionais, o Plano de Desenvolvimento sustentável da área da Bacia do Rio Uruguai. O referido Plano abrangia os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e tinha como elemento estruturador a bacia hidrográfica. Mais tarde, identificou-se que os municípios vizinhos do Paraná compartilhavam de história e cultura semelhantes, além dos mesmos problemas de dinamismo econômico e demográfico.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de união de diferentes atores sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de associações e conselhos municipais que constituem hoje um grande patrimônio social da Mesorregião e que têm servido como modelo para as demais mesorregiões do país.

Atualmente, a Mesorregião abriga 9 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, 09 Associações de Municípios e 238 municípios no Rio Grande do Sul, 09 Associações de Municípios de Santa Catarina, que abrigam 130 municípios, além de 04 Associações de Municípios no Paraná, que reúnem 47 municípios.

É importante destacar, ainda, que a tradição do associativismo existente na Mesorregião originou um ambiente favorável para a implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável. Esse processo tem gerado muitos aprendizados, estimulou a construção de novos consensos entre os diferentes atores sociais, bem como o federalismo cooperativo em oposição ao federalismo concorrencial. Tais inovações resultaram na criação do Fórum de Desenvolvimento da Mesomercosul, implantado oficialmente em 28 de novembro de 2002. O Fórum vem atuando na perspectiva da articulação dos atores sociais, do federalismo cooperativo anteriormente referido, do planejamento estratégico da Mesorregião, da formulação de políticas públicas, da elaboração de projetos estruturantes e do controle social de sua implementação.

Os grandes problemas da Mesorregião, na atualidade, podem ser resumidos nos seguintes itens: empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado, e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.

Verifica-se, também, uma grande disparidade da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul em relação ao restante da região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um quarto do território e abrigar um quarto da população da região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais que um décimo do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB per capita da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

Embora existam alguns centros industriais na Mesorregião, com relativa diversificação, porém fora do eixo de dinamismo da economia macroregional, a agropecuária e a agroindústria constituem a base da sua estrutura produtiva. Nesse aspecto, os produtos de maior relevância são grãos, suínos, aves, bovinos de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo.

Ressalta-se, também, a grande concentração de propriedades rurais de até 100 hectares na área de abrangência da Mesorregião. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, apesar de o

segmento das pequenas propriedades possuir relevante importância na base produtiva da Mesorregião, é também o mais vulnerável.

Em síntese, a caracterização sócio-cultural, política e geo-econômica da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (ver anexo 2) demonstra, de um lado, um conjunto de problemas econômicos e sociais que precisam ser atacados pela parceria entre o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e , de outro, o grande potencial para a alavancagem do desenvolvimento a partir da potencialização do seu capital social .Nesta perspectiva, visando um projeto de desenvolvimento mesorregional, entendeu-se fundamental desenvolver a visão e planejamento estratégico para delinear as macro-direções, projetos estruturantes e ações com a finalidade de orientar a formulação de políticas públicas e sua implementação, ou seja, a ação do Estado, assim como as iniciativas da sociedade civil e dos demais agentes do desenvolvimento.

Neste sentido, a implantação da Universidade Federal da Mesomercosul configura-se como um dos projetos estruturantes de maior relevância, destinado à formação de capital humano e à geração de ciência e tecnologia, impactando, de forma permanente e duradoura, o processo de desenvolvimento mesorregional.

3 IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL PARA A MESORREGIÃO

A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui área de 139,2 mil km², congrega 415 municípios integrantes dos três Estados do Sul do país, com aproximadamente 4.075.000 habitantes. Com uma economia fortemente relacionada à agricultura familiar, nas últimas décadas a região viu suas condições sócio econômicas se agravarem em virtude da crise que se instalou no setor, a partir do processo de modernização da agricultura, baseado no modelo conhecido como Revolução Verde, e de um processo de agroindustrialização pautado por uma perspectiva de centralização e concentração de renda. Esse processo provocou um forte movimento de deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades pólo de cada microrregião e, principalmente, da região para outras regiões do estado, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem, cada vez mais, minando as forças produtivas locais, dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

Por outro lado, geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União, a região tem sido marcada, desde sua colonização, por uma trajetória de baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Em nível regional, a mobilização e a busca da retomada do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento da região têm sido metas permanentes de instituições, como os Conselhos de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, as Associações de Municípios em Santa Catarina e Paraná e, mais recentemente, do Fórum da Messorégio da Grande Fronteira do Mercosul instituído em 28/11/2002.

Considerando que a promoção do desenvolvimento sócio-econômico, além de investimentos públicos, depende também de instituições geradoras de conhecimento, foram criadas na região as Universidades Regionais, associadas às administrações públicas em nível estadual e municipal, que é um modelo comunitário de universidades que conheceu surpreendentes avanços tanto no que diz respeito à qualidade e diversidade do ensino oferecido, quanto pela produção acadêmica através da pesquisa e da extensão. Obstante a isso, este modelo de atendimento para o ensino superior apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver. Nem todos os alunos que desejam frequentar um curso superior podem fazê-lo devido às restrições impostas pela cobrança de mensalidades. Nesse caso, a exclusão tem um claro recorte social, visto que impede justamente o acesso da população com menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o desenvolvimento da pesquisa e da extensão encontra limites em decorrência da falta de investimentos públicos.

Devido a essa realidade, a região experimentou, ao longo de sua história, um processo permanente de êxodo de parte de sua população mais jovem, particularmente aquela com maiores expectativas de qualificação escolar / profissional, que regularmente precisou deslocar-se para as capitais e outros centros urbanos para prosseguir seus estudos, trajetória freqüentemente sem retorno para as suas origens.

Essa realidade é particularmente ilustrativa no que se refere à oferta de alternativas de educação superior pública à sua população jovem. Enquanto outros estados e regiões contam com diversas universidades públicas federais e/ou estaduais, próximas, a Universidade Pública mais próxima a essa região se encontra a mais de quinhentos quilômetros de distância.

Por essa razão, a oferta de alternativas de ensino superior público e gratuito é condição essencial ao desenvolvimento regional, estendendo o acesso a esse nível de ensino também à população mais pobre, desde que associado a políticas afirmativas de inclusão, estimulando o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental a criação e construção da “Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul”, como alternativa para a promoção do desenvolvimento regional.

Desse modo, o governo federal tem em suas mãos a grande tarefa de democratizar o acesso à educação e, em especial, o acesso ao ensino superior. Num universo em que a maioria dos brasileiros não tem esta oportunidade, cada vez mais a ação do estado é a alternativa possível de garantia deste direito.

Assim, esta proposta enquadra-se na política nacional de desenvolvimento regional e na preocupação em desenvolver as regiões que necessitam de investimentos públicos e de plataformas de desenvolvimento integrado.

A Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul será pautada por princípios orientadores com vistas à integração da região e desenvolvimento dos municípios que perfazem a grande fronteira do Mercosul. Destacam-se:

- O desenvolvimento regional integrado, que é condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região e a reversão do processo de litoralização;
- O acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região.
- A oportunidade de acesso ao ensino superior público e gratuito aos alunos oriundos de escolas públicas de ensino médio;
- A qualificação profissional e o compromisso de inclusão social que devem pautar todo o projeto político-pedagógico e que dão o sentido ao conhecimento;
- O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador;
- Interação entre as cidades, estados e países que compõem a grande fronteira do Mercosul.

3.1 O IMPACTO DA NOVA IFES NO DESENVOLVIMENTO MESORREGIONAL

Economicamente, a Mesorregião caracteriza-se pela existência de alguns centros industriais, contudo, a agropecuária e a agroindústria constituem a base da sua estrutura produtiva. Os produtos de maior relevância são grãos, suínos, aves, bovinos de corte e de leite, frutas, erva-mate e fumo, geralmente associados a pequenas propriedades rurais, ou seja, à agricultura

familiar. Com a recente crise desse tipo de economia devido ao processo de modernização da agricultura, as condições sócio-econômicas da população se agravaram significativamente. Entre os grandes problemas da Mesorregião, na atualidade, estão o empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado; e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Estes problemas agravam-se na medida em que, paralelamente, ocorre uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional. Considere-se ainda que o PIB per capita da mesorregião é de U\$ 3,285, 40% menor do que a média da região Sul, que é equivalente a U\$ 5,320 (Fonte: IBGE 2000). As soluções para estes problemas dependem, evidentemente, de investimentos tanto do setor público como privado, mas também da participação de instituições públicas geradoras do conhecimento científico e tecnológico capazes de motivar e promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Além da formação de recursos humanos qualificados, esta deverá ser uma das principais funções da Universidade Federal da Grande Fronteira do Mercosul.

Para a análise do impacto da nova IES relativamente ao desenvolvimento socioeconômico da região, é necessário, primeiramente, caracterizar as potencialidades e oportunidades da Mesorregião. Salientam-se aspectos como: a capacidade empreendedora e de trabalho cooperativo; a estrutura de produção agroindustrial que engloba a tradição, tecnologia, agricultura familiar, agroecologia e produção diversificada; recursos naturais e a diversidade ambiental com destaque no aquífero Guarani e a bacia do Rio Uruguai; diversidades culturais, decorrentes da composição étnica e da preservação das culturas; potencial turístico; presença de alguns parques industriais competitivos na área metal-mecânica, agroindustrial, móveis, confecções, eletroeletrônica e extrativo-mineral; funcionamento ainda de forma deficiente do sistema de saúde e infra-estrutura como transporte, energia e comunicações e localização geográfica em relação ao Mercosul.

Neste contexto, a nova IES deverá ser a instituição promotora e indutora de ações para:

- a) a implantação de programas de capacitação profissional adequados à demanda associada às cadeias produtivas da Mesorregião;
- b) a implantação de novas tecnologias tanto no processo de agroindustrialização como em outros setores industriais, ou seja, vinculadas à matriz produtiva da região,

- produção e exportação de produtos de maior valor agregado, que geram emprego, renda, acesso à qualificação em processos industriais específicos, etc;
- c) o aproveitamento sustentável e adequado dos recursos turísticos. incentivando a criação de organizações regionais (infra-estrutura: restaurantes, hotéis, transporte, etc) de turismo geradoras de emprego e renda e melhor qualidade de vida;
 - d) a implementação de uma gestão ambiental voltada à preservação e manejo dos recursos hídricos das bacias da mesorregião do aquífero Guarani, da reciclagem de resíduos sólidos para reaproveitamento;
 - e) Fortalecimento do capital social da região;
 - f) Fortalecimento da identidade cultural da região.

Desenvolvimento científico e tecnológico (impacto)

A médio e longo prazo, a nova IES deverá ser a promotora de parcerias para o desenvolvimento tecnológico de instituições integrantes da matriz produtiva da mesorregião. Além da formação de mão-de-obra qualificada, a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos com maior valor agregado, por exemplo, na agroindústria, representarão a diversificação de produtos, uma nova perspectiva para o aumento do número de empregos e de renda para a população.

-Instituição/projetos de pesquisa/agentes financiadores/arranjos produtivos locais.

-Pólos tecnológicos direcionados ao desenvolvimento de novas tecnologias da parceria e da qualificação humana oferecida pela nova IES.

Social (Impacto)

Feitas estas considerações, é notável também que a Universidade, ao trabalhar os valores culturais produzidos pela sociedade, processe sua avaliação e sua sistematização crítica, promovendo sua difusão. Nesse processo, contribui significativamente para a construção da identidade da nação. Um país ou uma região, ao produzir conhecimento científico, diz ao mundo que existe, e contribui, ao expor sua cultura, para a diversidade e para o aperfeiçoamento do espírito humano.

A Universidade desempenha um papel social indispensável na reprodução da vida social, não podendo, em nenhuma hipótese, ser reduzida à mera produtora de recursos humanos. O quadro de profissionais dela egresso deve permitir à sociedade nacional ter acesso ao patrimônio técnico-científico da humanidade, criticar as produções culturais e desvelar a qualidade dos objetos e a dinâmica dos fenômenos, colocando a sociedade, de maneira

atualizada, a par do conhecimento sobre eles. Diante de tais pressupostos, é certo que a sociedade necessita de profissionais que, além de dominarem seus saberes especializados, estejam imbuídos de responsabilidade cidadã e social.

A produção do saber pela Universidade potencializa as forças produtivas e criativas da sociedade e consolida sua presença no cenário mundial. A assimilação e a adaptação de conhecimento disponível são ingrediente de crescente relevância em qualquer processo de desenvolvimento. Todavia, a Universidade não se restringe a essa instrumentalização. A criação do conhecimento não pode circunscrever-se apenas à problemática imediata: é imprescindível o tempo de liberdade para a prospecção inovadora e para construir futuros. Em um movimento dual, a Universidade apóia a ampliação da base material de uma cultura – pelo instrumental – e expande as expectativas e sonhos do homem (prospecção inovadora).

Enfim, a Universidade é, para um país ou região, uma espécie de atestado de sua co-participação na produção do saber e da cultura mundiais. Essa condição é essencial à dignidade e à auto-estima nacionais e regionais. Enfim, a produção do saber é uma questão de afirmação cidadã no contexto nacional e internacional.

(NÃO CONCLUÍDO AINDA)

4 LOCALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA MESORREGIÃO

A UFMF caracteriza-se como um projeto destinado a atender à população de um território não contemplado com IFES com centros urbanos situados em distâncias variadas em relação às já existentes na região Sul do país. Caracteriza-se ainda como um projeto estruturante de um espaço territorial em cujo universo novas centralidades urbanas emergem a ser consideradas na perspectiva do atendimento mais amplo possível à clientela estudantil. Constitui-se também em projeto estratégico para o desenvolvimento do conjunto da população da mesomercosul. Por se tratar de um empreendimento de grande envergadura e considerando a tradição do capital social e das potencialidades existentes na mesorregião, é pertinente a inclusão de contrapartidas municipais e/ou regionais para a viabilização do mesmo. Da mesma forma, por exigir pesada infra-estrutura física, de material, de laboratórios, de equipamentos, de bibliotecas, dentre outros componentes, é necessário considerar as condições da infra-estrutura urbana e sócio-econômica para recepcionar os diversos campi previstos no projeto. Levando em conta estes fatores, delineiam-se os critérios a seguir para a localização dos campi.

4.1 CRITÉRIOS PARA A LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI

Estes critérios estão relacionados com a implantação de cinco campi assim distribuídos:

4.1.1 Santa Catarina: Campus I e Rio Grande do Sul: Campus I (Primeira etapa)

Critérios:

- Municípios caracterizados como pólos regionais com população aproximada de 90.000 habitantes ou mais;
- Infra-estrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis, adequada,;
- Cidades que se localizem nos diferentes estados e que representem centralidades no contexto geográfico mesorregional facilitando o acesso de estudantes;
- Cidades mais distantes das atuais Universidades federais da região Sul;
- Municípios que ofereçam as contrapartidas previstas no projeto.

4.1.2 Paraná: Campus I (Segunda etapa)*Critérios:*

- Cidades que atendam os critérios acima, mas com populações mínimas de 60.000 habitantes.

4.1.3 Rio Grande do Sul: Campus II (Terceira etapa)*Critérios:*

- Região funcional (Plano Rumos RS 2015) não atendida na Primeira Etapa;
- Cidades que atendam os critérios da primeira etapa, mas com populações mínimas de 60.000 habitantes.

4.1.4 Santa Catarina: Campus II (Terceira Etapa)*Critérios:*

- Cidades que atendam os critérios acima, mas com populações mínimas de 60.000 habitantes.

4.1.5 Outros campi (SC, RS) (Quarta Etapa) – Mesmos critérios.

5 ESTRUTURA ACADÊMICA

5.1 DIRETRIZES PARA A SELEÇÃO DOS CURSOS

As diretrizes que orientaram a seleção dos cursos, que constituem a fase inicial da UFMM, fundamentaram-se em um conjunto de critérios, dentre os quais se destaca:

- a) A natureza e finalidade da universidade, entendida no sentido pleno e de acordo com o disposto na LDB 9394/96, voltada para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diferentes áreas do conhecimento;
- b) Os compromissos com as políticas e serviços públicos que a sociedade espera ver atendidos pelo poder público, tais como: educação, saúde, saneamento e justiça, dentre outros;

- c) A vocação específica, voltada para a dimensão da cidadania, o estímulo à mobilidade social e ao fortalecimento da classe média, como vetor do equilíbrio social;
- d) A promoção do desenvolvimento regional em suas diversas dimensões:
- construção do pensamento e visão estratégica para orientação do potencial endógeno e formulação de políticas de desenvolvimento;
 - a dinamização da economia, fortalecendo as cadeias produtivas existentes, com estímulo às emergentes e potenciais;
 - a inovação tecnológica, visando à integração competitiva no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;
 - o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas relacionadas ao associativismo, cooperativismo e à economia solidária, favorecidas pelo capital social acumulado no processo de formação histórica da Mesorregião; e
 - a sustentabilidade em sentido amplo, com ênfase no manejo adequado dos recursos naturais.
- e) A estratégia de inserção do projeto da UFMM, visando oferecer cursos que, em razão da complexidade, não são desenvolvidos pela estrutura de ensino superior existente na Mesorregião.

Com base nestes critérios, a seleção dos cursos foi orientada pelas seguintes diretrizes:

- atender as exigências da Universidade em sentido pleno, de acordo com os parâmetros da LDB;
- formar recursos humanos para o atendimento de serviços públicos;
- qualificar os indivíduos para a cidadania;
- estimular a mobilidade social e o fortalecimento da classe média;
- promover o desenvolvimento regional, articulado com as perspectivas de uma maior integração no âmbito do Mercosul e da economia globalizada;
- incentivar a inovação científica e tecnológica em face da crescente demanda de novos conhecimentos;
- incrementar as cadeias produtivas, associadas à agropecuária e agroindústria;
- suprir demandas de áreas não contempladas pela estrutura de educação superior existente na Mesorregião;
- comprometer-se com o desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões, com ênfase nos recursos naturais e de meio ambiente;
- capacitar profissionais aptos a desenvolver atividades econômicas alternativas nas áreas de economia solidária, cooperativismo e outras.

5.2 ENSINO

5.2.1 Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Quadro 2 - Cursos a serem implantados na primeira fase – Até 5 anos

ÁREA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

CURSOS	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Administração	X			
Direito	X			
Letras: Português e Literatura Brasileira	X			
Letras: Espanhol e Literatura Espanhola	X			
Letras: Inglês e Literatura Inglesa	X			
Letras: Italiano e Literatura Italiana	X			
Geografia	X			
História	X			
Pedagogia	X			

Quadro 3 - Cursos a serem implantados na primeira fase – até 5 anos

ÁREA: Ciências Exatas, da Terra e Engenharia

CURSOS	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Ciências da Computação	X			
Engenharia de Controle e Automação	X			
Engenharia de Produção e Sistemas	X			
Engenharia Sanitária e Ambiental	X			
Engenharia de Alimentos	X			
Física	X			
Matemática	X			
Química	X			

Quadro 4 - Cursos a serem implantados na primeira fase – Até 5 anos

ÁREA: Ciências Biológicas e da Saúde

CURSOS	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Biologia	X			
Enfermagem	X			
Fisioterapia	X			

Quadro 5 - Cursos a serem implantados na primeira fase – CAMPUS 2 - RS, até 5 anos

CURSOS	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Arquitetura e Urbanismo	X			
Design de Produtos (industrial, móveis)	X			
Desenvolvimento Regional			X	
Engenharia Florestal	X			

Filosofia	X			
Turismo (Agroturismo)	X			

Quadro 6 - Cursos de Graduação e Pós-Graduação a serem implantados na segunda fase: 5 - 10 anos

Cursos	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Administração		X	X	X
Agroecossistema	X		X	
Biotecnologia	X		X	
Ciências Contábeis	X			
Ciências Econômicas	X			
Direito	X		X	X
Educação			X	X
Educação Física	X			
Engenharia de Aqüicultura	X		X	
Engenharia e Ciências de Materiais	X			
Engenharia Mecânica	X			
Engenharia Elétrica	X			
Engenharia Civil	X			
Engenharia Química	X			
Farmácia: habilitação em Tecnologia de Alimentos	X			
Filosofia			X	X
Medicina	X			
Medicina Veterinária	X			
Odontologia	X			
Serviço Social	X			
Zootecnia	X			

5.3 PESQUISA

A nova IES deverá ser primeiramente uma instituição que desenvolverá pesquisa científica e tecnológica com foco na responsabilidade social. É extremamente importante desenvolver projetos que promovam parcerias com outras instituições, com empresas, com o setor produtivo em todos os níveis, ou seja, com a sociedade como um todo. É reconhecido por todos que, em função da economia nacional ter se mantido fechada à concorrência internacional por longos anos, a maioria das empresas nacionais pouco investiram em pesquisa. No entanto, com a globalização, o conhecimento passou a ser o diferencial para o crescimento sócio-econômico e, dessa forma, será fundamental que a comunidade científica caminhe lado a lado com a sociedade. Os resultados de projetos de pesquisa em áreas específicas do setor produtivo devem viabilizar ações de relevância social e o crescimento econômico da região.

Associada aos programas de Pós-Graduação que deverão iniciar na fase II (5 a 10 anos), a pesquisa científica e tecnológica na nova IES deverá ser incentivada por programas específicos de apoio tanto para alunos de graduação (iniciação científica), de pós-graduação, pela disponibilidade de bolsas de instituições de fomento como CNPq e CAPES, e de empresas da região, e ainda, a busca de recursos pelos pesquisadores, tanto em editais específicos de

órgãos financiadores federais, como em parcerias com empresas privadas e outros setores da sociedade.

Considerando a cadeia produtiva da Mesorregião, parece evidente que a nova IES deverá ter como foco de pesquisa setores como o agronegócio, que enfrenta crises quase que permanentes, a área de alimentos que concentra nesta região grandes indústrias nacionais, o meio ambiente principalmente em relação a reflorestamento e preservação dos mananciais de água, o desenvolvimento de novos produtos com maior valor agregado ligados ao setor produtivo da região, a saúde da família ,entre outros.

5.4 EXTENSÃO

A extensão deve ser entendida como uma das três atividades fins (ensino/pesquisa/extensão) que sustentarão o projeto político-pedagógico da nova IES, pois parte-se do princípio de que esta se define por um processo de interação entre a universidade e a comunidade no âmbito da produção, sistematização e socialização do conhecimento. Por outro lado, nem tudo que ultrapassa os limites da sala de aula deve ser entendido como extensão, em vista das complexas implicações de ordem teórico-metodológica.

Deve a extensão privilegiar igualmente a produção do conhecimento produtivo e do conhecimento diretivo da nova IFES. Segundo GIROUX(1997), o conhecimento produtivo é entendido como aquele que “está principalmente preocupado com os meios; a aplicação deste tipo de conhecimento resulta na reprodução de bens e serviços materiais”. Já o conhecimento diretivo “é um modo filosófico de investigação no qual os estudantes questionam o propósito do que estão aprendendo”, voltado ao aperfeiçoamento da “qualidade de vida”, bem como, “o desenvolvimento de uma consciência crítica e política” do educando.

A extensão que se buscará é aquela que devolve à comunidade o conhecimento extraído e sistematizado pela universidade, de forma que esse conhecimento resulte numa perspectiva de atender as demandas da sociedade mesorregional, no âmbito do ensino e de pesquisa, através do processo de devolução do conhecimento produzido.

Outro aspecto a considerar é que a extensão terá que exercer o papel da articulação do ensino e da pesquisa, principalmente para trazer para dentro da universidade o conhecimento produzido na comunidade/sociedade.

A extensão é entendida ainda, ao exercer o triplo papel: (i) trazer para dentro da universidade o conhecimento produzido na comunidade como forma de recriação interna do saber; (ii) devolver à comunidade, o conhecimento dela extraído e sistematizado na universidade; (iii) socializar conhecimentos universalmente produzidos e que possam interessar à comunidade mesorregional, como contribuição no desenvolvimento integrado e sustentável do território da MESOMERCOSUL.

A extensão, assim entendida e praticada, contribuirá para que os princípios da UFMM sejam respeitados, sobretudo quanto àquele que preconiza “o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador”,

A prática da extensão pretendida será norteada pela implementação de iniciativas diversas, de programas, de projetos sociais e comunitários, voltados e em sinergia com as peculiaridades e problemáticas demandadas do contexto social mesorregional.

Por fim, a extensão na nova IES deverá privilegiar a celebração de parcerias interinstitucionais e o desenvolvimento de ações na comunidade na forma de projetos sociais, interações com empresas, cursos de capacitação, entre outros.

6 ESTRUTURA FÍSICA, PLANO PLURIANUAL E ORÇAMENTO

Na 1ª. Etapa, instalação do Campus-base e do Campus 1 do RS, será necessária a aquisição ou doação de duas áreas de terra com, aproximadamente, 1 milhão de m2 e 200 mil m2, respectivamente.

Conta-se com o apoio das prefeituras dos municípios da região para a viabilização destas aquisições.

Espera-se, também, que estas forneçam toda a infra-estrutura necessária para o acesso aos campi e a realização das obras da nova instituição federal de ensino superior.

As edificações necessárias para viabilizar a implantação dos cursos previstos para esta 1ª. Etapa, bem como os equipamentos e mobiliários, estão listados no Quadro 7, abaixo, que também detalha o desembolso anual de recursos para atender o Plano Plurianual de Implantação da UFMF (Campus Base, em SC, e Campus 1, no RS).

Quadro 7 - Plano Plurianual de Implantação da UFMF - Universidade Federal da Mesorregião de Fronteira (2007-2010). Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO TOTAL	2007	2008	2009	2010
1.CONSTRUÇÕES					
Prédio da Administração Central - 2 mil m2	2.200.000,00		1.100.000,00	1.100.000,00	-
Prédio do Centro de Ciências Humanas e Sociais - 4.835 m2	5.318.500,00		2.200.000,00	2.018.500,00	1.100.000,00
Prédio do Centro Tecnológico e de Ciências Exatas e da Terra – 7.650 m2	8.415.000,00		2.860.000,00	2.860.000,00	2.695.000,00
Prédio do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde–3,130 m2	3.443.000,00		1.243.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
Prédio do Campus 1 – RS – 5.465 m2	6.011.500,00		2.200.000,00	2.200.000,00	1.611.500,00
Prédio p/ Almoxi-fado, Transporte, Patrimônio e Manut. do Campus – 480 m2	528.000,00		308.000,00	220.000,00	-
Elaboração de Projetos p/ os Campi	1.650.000,00	1.650.000,00			
SOMA	27.566.000,00	1.650.000,00	9.911.000,00	9.498.500,00	6.506.500,00
2. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Contrapartida dos municípios	-	-	-	-

3.AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS					
Equipamentos(micro-computadores, impressoras ,switch, data-show, retroprojetores, equipamentos de telefonia, geladeiras, cafeteiras, fogões, aparelhos de ar condicionado, implantação de laboratórios, etc.)	3.960.000,00		1.320.000,00	1.320.000,00	1.320.000,00
Veículos	220.000,00	-	-	55.000,00	165.000,00
Acervo bibliográfico	550.000,00	-	-	330.000,00	220.000,00
SOMA	4.730.000,00	-	1.320.000,00	1.705.000,00	1.705.000,00
4. MÓVEIS E OUTROS					
Móveis p/ escritório, Salas de Aula e Laboratórios.	880.000,00	-	-	440.000,00	440.000,00
Ferramentas p/ manutenção dos Campi (eletricidade, carpintaria, pedreiro, jardineiro, encanador, etc) veículos	110.000,00				110.000,00
SOMA	990.000,00			440.000,00	550.000,00
5. DIVERSOS					
Material de Consumo e diversos	253.000,00	33.000,00	55.000,00	55.000,00	110.000,00
SOMA	253.000,00	33.000,00	55.000,00	55.000,00	110.000,00
TOTAL GERAL	33.539.000,00	1.683.000,00	11.286.000,00	11.698.500,00	8.871.500,00

O quadro na seqüência resume as necessidades orçamentárias para a implantação dos 5 campi que irão compor a UFME, divididas por etapas, e apresenta também o cronograma previsto para iniciar e terminar esta implantação.

Quadro 8 – Previsão Orçamentária e Cronograma para a Implantação dos Campi

ETAPA	CAMPUS	ORÇAMENTO-R\$	CRONOGRAMA
1ª.	Campus-Base – SC Campus 1 - RS	33.539.000,00	2007 - 2011
2ª.	Campus 1 - PR	7.700.000,00	2011 - 2014
3ª.	Campi 2 e 3– RS Campi 2 e 3 - SC	30.800.000,00	2014 – 2017
TOTAL	7 Campi	72.039.000,00	11 Anos

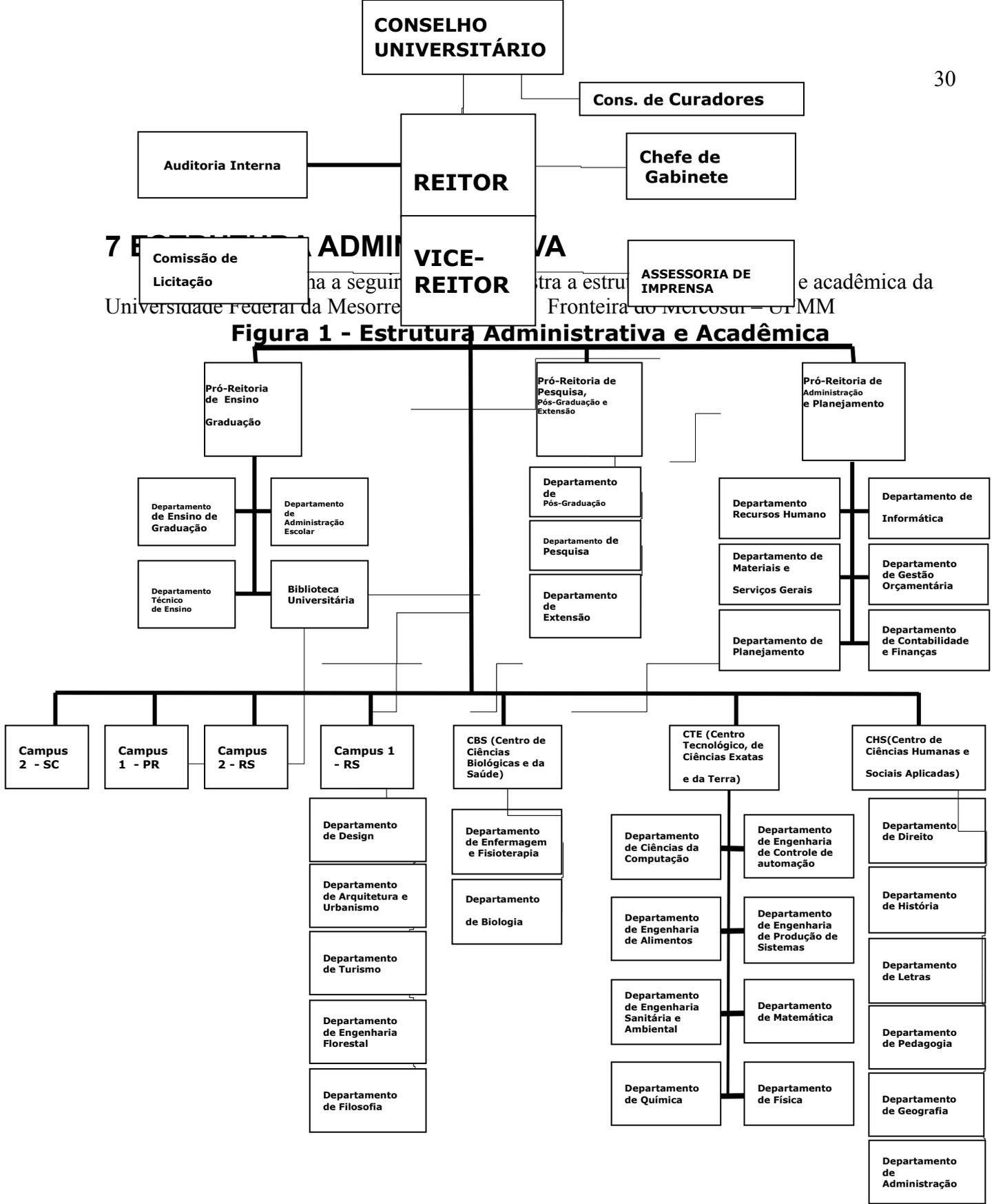


Figura 1 - Estrutura Administrativa e Acadêmica

7.1 QUADRO DE PESSOAL E GRATIFICAÇÕES

O quadro de pessoal previsto para atender as necessidades, nos anos iniciais da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, encontra-se detalhado a seguir. É distribuído em Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Ensino e Campus do RS. Estão listados os cargos e suas devidas gratificações, bem como o tipo de profissional a ser contratado.

Prevê-se também a contratação de funcionários terceirizados para contemplar o atendimento daqueles serviços que não poderão ser objeto de concurso público.

7.1.1 DETALHAMENTO DAS GRATIFICAÇÕES E NECESSIDADES DE PESSOAL

Quadro 9 – Quadro de Pessoal e Gratificações - Reitoria

Cargo	Gratificação	Nível (E) Superior	Nível (D) Médio	Terceirizado
Reitor	CD 1	1		
Vice-Reitor	CD 2	1		
Chefe de Gabinete	CD3	1		
Secretário Executivo	FG1	1		
Assistente em Administração			1	
Presidente da Comissão de Licitações (Administrador)	CD4	1		
Assessor Imprensa (Jornalista)	CD4	1		
Auditoria Interna (Auditor)	CD4	1		
. Contador		1		
. Administrador		1		
Assistentes em Administração			6	
Secretária dos Órgãos Colegiados (Secretária Executiva)	FG1	1		
SOMA		11	07	
Faxineira				1
Copeira				1
Motorista				2
Vigilante				2
Porteiro				1
SOMA				07
TOTAL		11	07	07

GRATIFICAÇÕES: CD1 = R\$ 6.464,00 (65% = R\$ 4.201,60)

CD2 = R\$ 5.403,50 (65% = R\$ 3.512,28)

CD3 = R\$ 4.242,00 (65% = R\$ 2.757,30)

CD4 = R\$ 3.080,50 (65% = R\$ 2.002,33)

FG1 = R\$ 555,52

FG2 = R\$ 373,70

FG3 = R\$ 302,99

FG4 = R\$ 161,27

FG5 = R\$ 125,13

FG6 = R\$ 91,76

FG7 = R\$ 74,26

FG8 = R\$ 62,47

FG9 = R\$ 56,10

Quadro 10 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PRAP

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceir
Pró-Reitor	CD2	1		
Secretária Executiva	FG2	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		2	1	
<u>Diretor de Orçamento (Economista)</u>	CD4	1		
Assistentes Administrativos			2	
Soma		1	2	
<u>Diretor Contabilidade/Finanças (Contador)</u>	CD4	1		
Chefe de Expediente (Ass. em Administração)	FG4		1	
1. Chefe da Div. de Contabilidade (Contador)	FG3	1		
Técnicos em Contabilidade			2	
2. Chefe da Divisão de Finanças (Economista)	FG3	1		
Assistentes em Administração			2	
3. Chefe da Divisão Escrituração (Contador)	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
4. Chefe da Divisão de Análise e Tomada de Conta (Contador)	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		5	7	
<u>Diretor de Planejamento (Economista)</u>	CD4	1		
1. Chefe da Divisão de Obras e Espaço Físico (Engenheiro)	FG3	1		
Engenheiro em Segurança do Trabalho		1		
Arquiteto		1		
Engenheiro Civil/Especialidade		1		
Engenheiro Eletricista		1		
Assistente em Administração			1	
2. Chefe da Div. de Estatísticas Institucionais (Analista em Tecnologia da Informação)	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		7	2	
<u>Diretor de Informática (Analista em Tecnologia da Informação)</u>	CD4	1		
Analista em Tecnologia da Informação		2		
Assistente em Administração			1	
Soma		3	1	
<u>Diretor de Rec. Humanos (Administrador)</u>	CD4	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm.)	FG4		1	
1. Chefe da Divisão de Pagamento (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistentes em Administração			2	
2. Chefe da Divisão de Assistência aos Servidores (Assistente Social)	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
3. Chefe da Div. de Registro e Movimentação	FG3		1	

(Assistente em Administração)				
Assistentes em Administração			2	
Soma		2	8	
<u>Diretor de Materiais e Recursos Gerais</u> (Administrador)	CD4	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administr.)	FG4		1	
1. Chefe da Divisão de Almoxarifado (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistentes em Administração			2	
2. Chefe da Divisão de Compras (Assistente em Administração)	FG3		1	
Seção de Comércio Exterior (Ass. em Admin.)	FG4		1	
Seção de Cadastro e Licitação (Ass. em Adm.)	FG4		1	
Comissão Permanente de Licitação (Assistentes em Administração)			3	
3. Chefe da Divisão de Patrimônio e Vigilância (Assistente em Administração)	FG3		1	
Seção de Patrimônio (Assistente em Administ.)	FG4		1	
Seção de Vigilância (Assistente em Administr.)	FG4		1	
Assistentes em Administração			2	
4. Chefe da Divisão de Transporte (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
5. Chefe da Divisão de Conservação e Urbanismo (Assistente em Administração)	FG3		1	
Técnico em Telecomunicações			1	
Técnico em Edificações			1	
Técnico em Eletricidade				1
Jardineiro				1
Encanador				1
Capiteiro				1
Pedreiro				1
Auxiliar de Pedreiro				1
Vigilantes				7
Soma		1	20	13
Faxineiros				2
Copeira				1
Soma				3
TOTAL		21	41	16

Quadro 11 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz.
Pró-Reitor	CD2	1		
Secretária Executiva	FG2	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		2	1	
<u>Diretor de Ensino de Graduação</u>	CD4	1		
Assistente em Administração			1	
Assistente Social		1		
Soma		2	1	
<u>Diretor Técnico de Ensino</u>	CD4	1		
1. Chefe da Divisão de Registro de Atividades Docentes (Assistente em Administr.)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
2. Chefe da Divisão de Vestibular	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		2	3	
<u>Diretor de Adm. Escolar (Administrador)</u>	CD4	1		
1. Chefe da Div. de Matrícula e Registros Acadêmicos (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
<u>Diretor da Biblioteca Universitária (Bibliotecária)</u>	CD4	1		
Bibliotecária		1		
Assistentes em Administração			2	
Soma		2	2	
Faxineira				1
Total		9	9	1

Quadro 12 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PRPE

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz.
Pró-Reitor	CD2	1		
Secretária Executiva	FG3	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		2	1	
<u>Diretor de Pesquisa</u>	CD4	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		1	1	
<u>Diretor de Pós-Graduação</u>	CD4	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		1	1	
<u>Diretor de Extensão</u>	CD4	1		
Assistente em Administração			1	
Soma		1	1	
Faxineira				1
TOTAL		5	4	1

Quadro 13 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas - CHS

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz.
Diretor	CD3	1		
Vice-Diretor	CD4	1		
Assistente de Direção (Secretária Exec.)	FG2	1		
Assistentes em Administração			3	
Técnico em Tecnologia da Informação			1	
Porteiros				2
Faxineiras				6
Copeira				1
Auxiliar de Serviços Gerais				1
Soma		3	4	10
Chefe do Departamento de Direito	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe do Departamento de História	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe do Departamento de Letras	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistentes em Administração			2	
Técnico em Laboratório/Área (Línguas)			1	
Soma		1	4	
Chefe do Departamento Pedagogia	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe do Departamento Geografia	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe do Departamento Administração	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Docentes		150		
Soma		150		
Total		159	18	10

Quadro 14 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e da Terra - CTE

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz
Diretor	CD3	1		
Vice-Diretor	CD4	1		
Assistente de Direção (Secretária Executiva)	FG2	1		
Assistentes em Administração			3	
Técnico em Tecnologia da Informação			2	
Técnicos em Laboratório/Área			12	
Porteiros				2
Faxineiras				6
Copeira				1
Auxiliar de Serviços Gerais				1
Soma		3	17	10
Chefe Departamento de Engenharia de Controle e Automação	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Ciências da Computação	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			2	
Soma		1	3	
Chefe Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Engenharia de Alimentos	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Física	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Matemática	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em	FG3		1	

Administração)				
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Química	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Docentes		200		
Soma		200		
Total		211	34	9

Quadro 15 - Quadro de Pessoal e Gratificações – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CBS

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz.
Diretor	CD3	1		
Vice-Diretor	CD4	1		
Assistente de Direção (Secretária Execut.)	FG2	1		
Assistentes em Administração			3	
Técnico em Tecnologia da Informação			1	
Técnicos em Laboratório/Área			6	
Porteiros				2
Faxineiras				4
Copeira				1
Auxiliar de Serviços Gerais				1
Soma		3	10	8
Chefe Departamento de Enfermagem e Fisioterapia	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Biologia	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistentes em Administração)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Docentes		75		
Soma		75		
Total		80	14	8

Quadro 16 - Quadro de Pessoal e Gratificações – CAMPUS 1 – RS

Cargo	Gratif.	N. Superior (E)	N. Médio (D)	Terceiriz.
Diretor	CD3	1		
Vice-Diretor	CD4	1		
Assistente de Direção (Secretária Execut.)	FG2	1		
Assistentes em Administração			3	
Técnicos em Tecnologia da Informação			2	
Técnicos de Laboratório/Área			3	
Porteiros				2
Faxineiras				6
Copeira				1
Auxiliar de Serviços Gerais				1
1. Chefe da Biblioteca (Bibliotecária)	FG1	1		
Assistentes em Administração			2	
1. Chefe da Divisão de Manutenção e Conservação (Administrador)	FG1	1		
Técnico em Edificações			1	
Técnico em Telecomunicações			1	
Eletricista				1
Jardineiro				1
Encanador				1
Carpinteiro				1
Pedreiro				1
Vigilantes				3
Soma		5	12	18
Chefe Departamento de Design	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Dep. de Arquitetura e Urbanismo	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Turismo	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Depart. de Engenharia Florestal	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Chefe Departamento de Filosofia	FG1	1		
Chefe de Expediente (Assistente em Adm)	FG3		1	
Assistente em Administração			1	
Soma		1	2	
Docentes		125		
Soma		125		
Total		135	22	18

7.2.2 CRIAÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO (CD) E FUNÇÕES GRATIFICADAS (FG)

Os quadros abaixo (números 15 e 16) resumem a quantidade de cargos de direção e de funções gratificadas a serem criados para atender as necessidades da nova IFES.

Quadro 17 - Criação de Cargos de Direção (CD)

Código	Quantitativo
CD 1	01
CD 2	04
CD 3	05
CD 4	20

Quadro 18 – Criação de Funções Gratificadas (FG)

Código	Quantitativo
FG 1	25
FG 2	07
FG 3	38
FG 4	07

O Quadro 17, a seguir, fornece o total de docentes de 3º. Grau a serem contratados até o completo funcionamento da nova instituição de ensino.

Quadro 19 - Docentes

Cargo	Quantitativo de vagas
Docentes (3º Grau)	590
TOTAL DE DOCENTES	590

Já no Quadro 18, na seqüência, resumem-se a quantidade e a categoria dos servidores, tanto de nível superior quanto de nível médio, necessárias para compor o quadro técnico-administrativo da UFMM.

Quadro 20 - Relação de cargos técnico-administrativos

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (D)	TOTAIS
Assistente em Administração	115
Técnico em Telecomunicações	02
Técnico em Edificações	02
Técnico em Contabilidade	02
Técnico em Tecnologia da Informação	06
Técnico em Laboratório/Área	22
TOTAL DE CARGOS – (D)	149
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (E)	TOTAIS
Administrador	06
Arquiteto	01
Bibliotecário	03
Auditor	01
Contador	05
Engenheiro Civil/Especialidade	02
Engenheiro Eletricista	01
Engenheiro de Segurança do Trabalho	01
Assistente Social	02
Jornalista	01
Secretário Executivo	09
Economista	03
Analista de Tecnologia da Informação	04
TOTAL DE CARGOS – (E)	39
TOTAL (D+ E)	188

A seguir, no Quadro 19, tem-se a previsão de contratação de cargos terceirizados para completar o quadro de pessoal da nova universidade.

Quadro 21 - Relação de cargos terceirizados

CARGOS TERCEIRIZADOS (CT)	TOTAIS
Faxineiro	27
Copeira	06
Motorista	02
Vigilante	12
Porteiro	09
Técnico em Eletricidade	01
Jardineiro	02
Encanador	02
Carpinteiro	02
Pedreiro	02
Auxiliar de Pedreiro	01
Auxiliar de Serviços Gerais	04
TOTAL DE CARGOS – CT	70

O Quadro 20, logo abaixo, apresenta um resumo totalizando o número de servidores da Universidade Federal da Mesorregião de Fronteira do Mercosul – UFMM.

Quadro 22 - Quadro de Servidores da UFME (1ª. Etapa) – Resumo

TOTAL DE DOCENTES	590
TOTAL DE CARGOS (Nível Intermediário – D)	149
TOTAL DE CARGOS (Nível Superior – E)	39
TOTAL DE CARGOS (Terceirizados)	70
TOTAL GERAL	848